

OS USOS DOS LIVROS DE HISTÓRIA NAS AULAS PÓS PANDEMIA***THE USES OF HISTORY BOOKS IN POST-PANDEMIC CLASSES******LOS USOS DE LOS LIBROS DE HISTORIA EN LAS CLASES POSPANDÉMICAS***

Ana Vitória Batista da Silva
anavitoria.batista@aluno.uece.br
Graduanda em Pedagogia (UECE)
Universidade Estadual do Ceará

Isáide Bandeira da Silva
isaide.bandeira@uece.br
Doutora em Educação (UFRN)
Docente do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará

RESUMO

Tendo em vista que os livros didáticos são patrimônios materiais das escolas do Brasil, essa pesquisa apresenta um estudo de caso em quatro turmas de 6º ano da regional 10 de Fortaleza. Ela investigou as fronteiras que estabelecem limites e possibilidades para o aprendizado dos estudantes após o período pandêmico (2022). A metodologia está vinculada a conversações com estudantes e professores, análises dos livros didáticos de história das 4 escolas selecionadas e acompanhamento direto das aulas. Também foram abordadas as temáticas das aulas assíncronas e síncronas. As fontes de conhecimento foram: A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o Edital e Guia do Programa Nacional do Livro Didático e teóricos-pesquisadores de livros didáticos, como Alain Choppin. Como resultado, foram percebidos que o livro didático de história, além de auxiliar o aluno no aprendizado, proporciona também ao professor inspirações de práticas pedagógicas no ensino-aprendizado.

Palavras-chave: Livro didático. Aula de História. Pós-pandemia.

ABSTRACT

Considering that textbooks are material assets of schools in Brazil, this research presents a case study in four 6th grade classes in region 10 of Fortaleza. She investigated the boundaries that establish limits and possibilities for student learning

after the pandemic period (2022). The methodology is linked to conversations with students and teachers, analysis of history textbooks from the 4 selected schools and direct monitoring of classes. The themes of asynchronous and synchronous classes were also addressed. The sources of knowledge were: The National Common Curricular Base (BNCC), the Notice and Guide of the National Textbook Program and textbook theorists-researchers, such as Alain Choppin. As a result, it was realized that the history textbook, in addition to helping the student in learning, also provides the teacher with inspiration for pedagogical practices in teaching-learning.

Keywords: Textbook. History Class. Post-pandemic.

RESUMEN

Teniendo en cuenta que los libros de texto son el patrimonio material de las escuelas en Brasil, esta investigación presenta un estudio de caso en cuatro clases de 6º grado del centro regional 10 de Fortaleza. Investiga las fronteras que marcan los límites y las posibilidades de aprendizaje de los alumnos después del período pandémico (2022). La metodología está vinculada a conversaciones con alumnos y profesores, análisis de los manuales de historia de las cuatro escuelas seleccionadas y seguimiento directo de las clases. También se abordaron los temas de las clases asíncronas y síncronas. Las fuentes de conocimiento fueron La Base Curricular Nacional Común (BNCC), la Convocatoria y Guía del Programa Nacional de Libros de Texto y teóricos-investigadores de libros de texto como Alain Choppin. Como resultado, se constató que el libro de texto de historia, además de ayudar a los alumnos a aprender, también proporciona a los profesores inspiración para las prácticas pedagógicas de enseñanza y aprendizaje.

Palabras clave: Libro de texto. Lección de historia. Post-pandemia.

INTRODUÇÃO

Para a iniciação do entendimento da pesquisa realizada, é necessário compreender que os livros didáticos possuem supra valor histórico para o aprendizado social por séculos pelo mundo. Para tal fator é importante salientar que o material passa por diversas etapas de planejamento em sua produção, assim se tornando complexo, para torna-se um objeto inclusivo, atualizado e que mantenha seu objetivo de instrumento educativo e de pesquisa (Choppin, 2004).

Contudo, somente em 1808, com a vinda da família real ao Brasil, os livros didáticos começaram a fazer parte da educação dos brasileiros, como política pública. Hoje ele se encontra como a principal fonte de pesquisa e estudo, no qual auxilia os professores e estudantes em sala de aula de todo o Brasil (Silva, 2012). Logo, assim como qualquer política pública, os livros didáticos também são regidos por documentos apresentados pelo Ministério da Educação (MEC) que visa à ideologia de inclusão e o impedimento do conhecimento alienado (Oliveira, 2014). Além dessas percepções de produção e legislação, o livro didático também passa por processos seletivos, tanto pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) como pela gestão na escola de acordo com o Plano Político Pedagógico (PPP) até chegar nas escolas Municipais e Estaduais do Brasil.

É de suma importância, portanto, ultrapassar os desafios e renovar as pesquisas acadêmicas sobre as possibilidades e os limites dos livros didáticos nas salas de aula das escolas públicas do Brasil no decorrer do tempo. Em especial os de história, tendo em vista seu grande potencial de disciplina com relatos reais nas narrativas da humanidade e influência na construção social a partir dos feitos do passado (Bittencourt, 2011).

Considerando esse olhar renovador e auxiliador do livro didático de história, a pesquisa ocorreu, em 2022, em quatro escolas municipais de tempo regular da regional 10 de Fortaleza, com turmas do 6º ano, sendo duas turmas do período da manhã e duas do período da tarde. Como metodologia foi utilizado a observação direta das aulas de história durante os 3 primeiros meses pós carnaval. Outrossim, também foram utilizados como método de pesquisa a leitura de artigos e dos documentos que regem a educação nacional, juntamente com a produção de um diário de bordo presente durante a pesquisa externa.

Para concluir, a sistemática da pesquisa teve como finalidade demonstrar o lugar que o livro didático ocupa na vida do professor e dos estudantes durante o tempo de pandemia. Além de trazer a reflexão sobre a execução das políticas Estaduais no

dever de proporcionar esse material às escolas com inclusividade. Como resultado prévio, o livro didático conseguiu cumprir suas metas na educação a distância, levando não somente esse artigo a relatar o ocorrido, como também trazendo atualização e respostas de problemáticas contínuas em sala de aula.

Metodologia

O objetivo da pesquisa está ligado à observação de como o livro didático de história foi utilizado pelos professores durante a pandemia, e como os estudantes recebiam esse material através de uma tela. Ademais, a diferença da utilização desse material, tanto pelos estudantes como pelos professores, em aulas síncronas e assíncronas.

A pesquisa deveria ser realizada, diante disso, em meio ao cenário pandêmico em Fortaleza, para ter a real visão de como esse material conseguiu, ou não, ultrapassar barreiras físicas e digitais. Sendo assim, conforme o Decreto Estadual do Ceará Nº 34.523 e o Decreto Municipal Nº 15.243, ambos de 29 de janeiro de 2022, as atividades de ensino presencial deveriam ser liberadas no início do ano letivo, ou seja, no início de fevereiro, com 100% em forma presencial. Todavia, houve uma paralisação por parte dos servidores públicos da educação contra a volta às aulas presenciais sem o aumento do piso salarial autorizado pelo governo Federal, onde o Município rapidamente resolveu tal situação e as aulas se iniciaram em março de 2022, proporcionando a iniciativa da pesquisa em campo. Após isso, houveram entrevistas com os professores sobre como sentiram a transição do ano de 2020, onde as aulas eram de forma remota, para 2021, com aulas híbridas e 2022, retornando com 100% das atividades presenciais e a obrigatoriedade do uso de máscaras KN95.

As entrevistas foram realizadas com 4 professores, como o objetivo de entender sua visão sobre o livro didático, pois, segundo Alain Choppin (2004, p4). “[...]”

o historiador que se interessa pela evolução dos livros escolares — ou das edições escolares — depara, logo de início, com um problema de definição.”. Ao serem transcritas, foram utilizados os nomes das suas respectivas escolas de trabalho, por sigilo e segurança em suas profissões, pois todos apresentavam constantes medos em suas falas pela frágil situação política do país e no que isso poderia interferir no seu trabalho caso fosse relatado na pesquisa de maneira abrangente.

No caso do método pedagógico, cabe salientar-se que a finalidade do artigo não é discriminar a metodologia de cada professor ao utilizar o livro didático de história mediante a situação dos anos de 2020 a 2022, mas sim compreender e analisar como o livro didático de história é capaz de mediar o professor e ensinar o estudante em meio a crises mundiais. Cabe-se informar também que antes de iniciar o ano letivo de 2022, houveram reuniões com a gestão, diretores e coordenadores do fundamental anos finais de cada escola, para divulgarem as salas de 6º anos que estariam disponíveis em cada escola, com horários distintos, para o trabalho em campo ser realizado nos 3 meses de acordo com o projeto.

As escolas selecionadas foram 4, sendo elas: João Hildo de Carvalho Furtado, José Ayrton Teixeira, Maria José Moreira Campos e Jonathan Rocha Alcoforado, com as respectivas turmas, 6B manhã, 6B manhã, 6B tarde e 6B tarde. Porém, ao informar a professora do colégio Jonathan a inclusão de uma bolsista universitária em sala de aula, como observadora para a elaboração de uma pesquisa científica, manifestou-se um incômodo. Antes mesmo do início das aulas, a gestão da escola convocou uma última reunião para desvincular a escola do projeto e indicar outra para a continuidade e realização dessa pesquisa; pois só havia uma professora de história na instituição e ela não aceitava ter uma pessoa não direcionada pela SEDUC em sua sala de aula, mesmo com a Carta de apresentação e documentos comprovando que a pesquisa estava sendo financiada pela Fundação Cearense de apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP, Lei nº 15.012, 2011). Com isso, outra escola foi

encontrada rapidamente, substituindo a anterior, sendo essa: Padre Antonio Monteiro da Cruz, sala do 6C tarde.

As turmas de 6º ano foram selecionadas para a observação direta, de como os alunos se comportam perante as adaptações do fundamental anos iniciais para os anos finais, com a adaptação de um professor para cada matéria e da aceitação do livro didático voltado somente para uma matéria, no caso história. Nessa perspectiva, eles não teriam que adaptar-se somente à volta das aulas presenciais, mas também às mudanças no sistema de séries. Além disso, teriam que entender o contexto histórico que os obrigavam a utilizar máscaras em locais fechados e sem estrutura, como em suas realidades escolares.

Foram utilizados para embasamento teórico o conceito da história dos livros didáticos de Alain Choppin (2004). Além das pesquisas de Isaide Bandeira (2012), Circe Bittencourt (2011), Itamar Freitas e Margarida Maria (2014) e Helenice Rocha e Flávia Eloisa (2014) e Amanda Botelho Corbacho Martinez (2012).

Em resumo, ressalta-se que o objetivo da pesquisa era observar diretamente as aulas remotas. Contudo, ficou de forma oportuno observar as diretrizes do livro didático de história, as escolhas pela gestão e professores, além de registrar suas histórias como educadores formados, e suas metodologias em um período tão assustador para todos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para melhor compreensão da temática “Os usos do livro didático”, é necessário entender, em primeira instância, as normas no qual o Ministério da Educação (MEC) impõe sobre o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD); que estão vinculadas aos documentos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a Lei de Diretrizes e Bases (LDB, Lei nº 9.394/1996) e a Constituição Brasileira de 1988.

Por fim, que também passam por políticas pedagógicas internas nas escolas, que influenciam diretamente na apropriação desse material em sala de aula.

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) foi criado pelo Decreto n. 91.542, de 19 de agosto de 1985, com o objetivo de avaliar, indicar, comprar e distribuir livros didáticos para as escolas públicas do Brasil. Com o passar do tempo, as avaliações começaram a ser feitas com especialistas de cada área de atuação. Além disso, o PNLD passou por diversas mudanças no decorrer do tempo, tais como a proibição dos divulgadores das editoras nas escolas no período de escolha dos livros didáticos e o Sistema de Controle de Remanejamento e Reserva Técnica (SISCORT).

O PNLD aplica severas análises nos livros e possui normas rígidas de distribuição, para que assim não tenha discriminação, siga legalmente e possua qualificação de mediar o professor em qualquer situação (Silva, 2012). Além disso, as formas de escolha do livro didático que o PNLD proporciona às escolas são livres ou unificadas.

Em Fortaleza encontra-se de forma livre, na qual é denominada pela maioria dos docentes como a mais democrática. Já a forma de escolha unificada é presente em outros municípios, como Quixadá, e seu método se dá pela escolha única de uma edição de livro didático para todas as escolas Estadual e Municipal presentes naquela região. Assim, todos os livros passam por uma votação geral.

Mesmo Fortaleza já passando pelo processo de possibilitar a escola do modelo unificado, que foi duramente criticado pela maioria das escolas sob a justificativa de que um livro didático não conseguiria representar as diferentes políticas pedagógicas da capital e a realidade dos discentes, decidiram permanecer com a diversidade e mantimento das suas particularidades escolares. Cabe-se afirmar que ambas as formas de seletividade não interrompem o aprendizado, pois o ensinar se dá por métodos e não somente instrumentos, “[...]são valores e estratégias que podem converter o aluno de que ele é realmente o sujeito de aprendizagem [...]” (Oliveira, 2014, p9).

Para finalizar esse entendimento, é cabível relatar a etapa de reprovação do PNLD. Os livros aprovados na análise do programa não são impedidos de serem produzidos e vendidos às escolas privadas, somente para as públicas. Logo, é notório os motivos dessas tais escolas serem inclinadas a apostilas com excesso de conteúdo. Podendo-se enfatizar com isso, a importância das análises dos conteúdos por parte do programa não impede somente a discriminação em assuntos histórico relevantes e sem preconceitos, como também a fadiga cerebral com excesso de informação que o livro didático pode trazer.

A segunda observação que a etapa de reprovação traz, é que esse não impedimento de redes privadas em utilizarem livros aprovados, sem o selo do PNLD, institui liberdade de escolha. Indicando assim, que o MEC cumpre a constituição a partir do momento que não interfere, diretamente, nas escolhas das escolas privadas. Mas, que tenta garantir os direitos da educação pública com política, ficando atento a forma que verba pública, de inúmeros impostos, são empregadas nas obras didáticas (Silva, 2012). Por fim, o dever do MEC, em defender o direito à educação, é cumprida.

O principal documento federativo que rege a Educação brasileira, por esse Ministério, é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), criada em setembro de 2015. Para iniciar a compreensão desse documento normativo, é necessário entender sua importância e seu determinado contexto de criação. Ela visa uma base curricular sistematizada para escolas Municipais e Estaduais, assim como todos os outros países pelo mundo, que traga propostas pedagógicas integradas à política nacional (BNCC, 2018).

A base, assim, elabora um currículo escolar de acordo com outros documentos legislativos, que supere a fragmentação de demais currículos e não restringe as políticas pedagógicas das escolas públicas e privadas de todas as classes de ensino de todo o Brasil. Ademais, ela possui diversas competências de conhecimentos e habilidades, construída por especialistas, que devem ser desenvolvidas para o desenvolvimento do indivíduo e orientações éticas morais

(BNCC, 2018). Logo, auxiliando na construção de uma sociedade mais democrática, justa e inclusiva (Lei nº 13.146/2015; BNCC, 2018).

Mesmo com críticas recorrentes até os dias atuais sobre a padronização dos currículos do Brasil, ela passou 2 anos, de 2015 para 2017, para ser homologada pelo MEC. Com uma atualização no ano de 2018.

É importante salientar que o objetivo da BNCC nunca foi restringir os currículos escolares. Mas sim, guiar as escolas a um currículo que se atente às vivências dos discentes (BNCC, 2018). Por esse motivo, o documento é apresentado por áreas de conhecimento, fundamental e médio, em: linguagens, matemática, história, geografia, ciências, artes e educação física.

Em 2014, a Lei nº 13.005/20147 promulgou o Plano Nacional de Educação (PNE) e confirmou a necessidade de uma Base em prol da aprendizagem e colaboração do acesso à escola. Portanto, os modificadores de forma alguma devem se sobrepor ao PPP da instituição (BNCC, 2018).

Também é necessário salientar que a BNCC possui influência diretamente na produção dos livros e nas avaliações regidas pelo PNLD. Com isso, leva-se em consideração que as competências são inseridas como aspecto pedagógico para todos os ensinos (BNCC, 2018).

Além de competências que auxiliam no desenvolvimento do indivíduo, a BNCC propõe métodos inovadores e tecnológicos, que visam o campo histórico e a necessidade do social (Base, 2018). Assim, expira os livros a serem adaptados e atualizados a perspectivas tecnológicas (Choppin, 2004).

Com esses entendimentos em mente, a pesquisa irá adentrar nos conhecimentos da base no que diz respeito à disciplina de História. Sendo assim, no Ensino Fundamental Anos Finais, o material didático é separado por disciplinas. Dessa forma, o ensino fundamental gera uma série de mudanças adaptativas, como o rodízio de professores especialistas por área de conhecimento (Resolução CNE/CEB nº 7/2010).

Os livros didáticos apresentam o mesmo contexto de transição. Mas, ele assume o papel de agente passivo, enquanto o sujeito ativo é o discente ao utilizá-lo, pois “A compreensão dos estudantes como sujeitos com histórias, [...] fortalece o potencial da escola como espaço formador e orientador para a cidadania consciente, crítica e participativa.” (BNCC, 2018, p64).

A disciplina de história, por sua vez, e suas divisões no Ensino Fundamental Anos Finais, tem o objetivo de ampliar os conhecimentos cognitivos sobre tempo e espaço, reconhecendo o eu, o outro e o nos (BNCC, 2018). Assim, o livro deve proporcionar e conter os primeiros passos dos surgimentos dos seres humanos e as grandes civilizações, em prol interpretativo e argumentativo.

A história traz a compreensão do social a partir de efeitos passados. Com isso, a BNCC, no Ensino Fundamental Anos Finais, relata a importância da utilização de documentos que auxiliem os estudantes a curiosidade e o professor a explicá-las de forma reflexiva (BNCC, 2018).

Ao entender como a Base Nacional Comum Curricular ver e confirma a importância do PNLD, a pesquisa considera agora expor as formas como os livros, adotados pelas 4 escolas, são usados pelos professores e recebidos pelos estudantes nesse período. Então, para iniciar, é necessário mencionar quais esses respectivos livros, sendo eles: Historiar (Editora Saraiva), História.doc (Editora Saraiva), História, sociedade e cidadania (FTD) e História, escola e democracia (Editora moderna).

De maneira geral, todos os professores selecionados demonstraram importância em apresentar aos estudantes a importância do livro didático para o aprendizado. Todos visavam e expressavam que o papel do livro didático de história é guiar todos os profissionais na área de educação, durante seu cotidiano em sala de aula, independente de época. Em contrapartida, os mesmos também relataram que o professor não deve limitar-se ao conteúdo oferecido pelo livro.

Embora os professores fizessem isso, um primeiro desafio já era encontrado, a não presença de livros suficientes para os discentes. Com isso, a metodologia

adotada pelos professores para burlar essa problemática era a apropriação de cópia. Entretanto, essa estratégia tinha outro problema, as explicações dos descritos em lousa duravam pouco tempo e fatigavam os estudantes. Tal atitude, de não esperar a chegada dos livros, era justificada por parte dos professores como “forma única de não atrasar o planejamento e a obrigação deles como profissionais”. Demonstrando então que, “O livro didático ideal está nas mentes de cada profissional de História.” (Oliveira, 2014, p1).

O segundo desafio encontrado foi o fato de os professores terem que lidar com um público pós pandêmico, formado por discentes com a saída bruta do 3º ano para o 6º ano. Essa ação apresentou um grande índice de alunos analfabetos. Os professores solucionaram isso de forma passiva, entendendo o contexto, e não se prolongavam em cópias extensas.

Os entrevistados relataram, de forma resumida, que as transições repentinas eram de fato desafiadoras e que o livro ocupava, nesse cenário, o lugar de instruir os pais em casa no ensino do filho. Mas, que esse ocorrido era idealizado, pois a situação real das escolas públicas demonstra, com notoriedade, que muitos estudantes, por falta de tutela presencial, não sabiam utilizar o livro de forma individual. Segundo os professores, isso demonstrava o colapso do sistema educacional durante a pandemia.

A ausência do livro gerou nos estudantes expectativa e ansiedade por sua chegada, pois era visto como objeto que os livraria das cópias dos conteúdos. As cópias apresentavam-se aos discentes como método cansativo, fatigante e de pouca eficácia pedagógica. Além disso, eles expressavam a necessidade do livro para entender, por meio de imagens, o que o professor estava querendo referenciar.

Agora, de forma individual, o primeiro colégio que irá ser abrangido pela análise observatória será o José Ayrton Teixeira, que optou como adoção o livro “História, escola e democracia”. De antemão, pela ausência de livro, o professor sempre selecionava algumas notícias atualizadas em jornal que envolviam o cotidiano

dos seus alunos, como: placares de jogos de futebol, novidades sobre a pandemia, protestos recentes, movimentos sociais, atualizações sobre as guerras, etc. Durante a entrevista foi questionado a ele sobre sua percepção a respeito do livro adotado pela escola, no que diz respeito ao uso de suas atividades, textos, seções e imagens, então declarou:

“Gosto de livros com riquezas em imagens que prendem a atenção dos alunos. Sou professor substituto, pego em outros livros constantemente e posso dizer que esse livro não abrange tanto imagens assim, não como um da FTD, por exemplo. Gosto de trabalhar com esse, mas existem melhores. As atividades são bastante individuais e não expressam o conhecimento em si da matéria”.

Com o passar de um mês, o professor foi substituído por uma professora concursada. Nisso, quando feito a ela a mesma pergunta do professor anterior, sua resposta foi: “O livro é um material que auxilia ao professor, então não é sobre o livro que tenho, é sobre como eu vou utilizá-lo”.

Ao iniciar a etapa com essa nova professora, juntamente ocorreu a entrega dos livros aos estudantes. Logo, a professora demonstra rigidez quando o assunto se tratava da valorização do livro didático, não aceitando discentes sem o material em sua aula, nem tão pouco formarem duplas para terem acesso ao livro do colega. Sua justificativa era:

“O livro didático de história deles deve ser valorizado, pois possui grandioso conhecimento. Passou por diversas etapas só para chegar até aqui e eles precisam entender esse valor de guia até o conhecimento. O livro é como um passaporte para as minhas aulas, pois não tem como só vir à escola, sem preparação para receber o conteúdo. Se eu simplesmente baixar a cabeça para a atitude deles e deixar, eles nunca irão aprender e irão influenciar outros a se desinteressarem. Até porque já passei muitos contratempos na minha vida de professora, como mães vindo cobrar que eu dê aula para seu filho sem ele ter levado o livro. Como vou fazer isso? Sem o material, ele não irá

aprender e estarei negligenciando meu trabalho, e por esse motivo retiro de sala quem não traz o livro, para que entendam a importância que ele possui”.

No mais, a metodologia da professora dava-se pelos 10 primeiros minutos de aula de leitura individual e em silêncio, seguido da explicação oral sobre o conteúdo referente à leitura e finalizando com atividade para classe também do livro. Quando questionado sobre porque utilizava esses métodos, sua justificativa foi:

“Não é obrigação somente do professor de português treinar a leitura deles, o livro está ali para se ler. Sobre minhas explicações, não gosto de me limitar ao livro, então complemento com falas que eles não identificaram na leitura do livro. Incentivo que sejam feitas, no caderno, as atividades de acordo com o que entenderam, pois o livro não deve prender o conteúdo do professor, porque o meu papel é ensinar história em todas as suas dimensões.”

Quando a presença do livro em casa, a professora optou pela leitura de revezamento do conteúdo passado em sala, pois, segundo a mesma: “Entendo o contexto social deles, não vou mandar tarefa de casa sendo que sei que não serão realizadas e não terei como cobrar.” Já quando existia alguma impossibilidade da professora em ir ao trabalho, ela repassava à escola as instruções, para que um coordenador mandasse que os estudantes lessem o capítulo do livro e realizassem as atividades presentes nele.

Para encerrar a análise dessa turma, cabe reafirmar que a professora não utilizava seu manual durante as explicações, nem a lousa, somente a leitura do livro de forma coletiva. Porém, ela utilizava imagens e seções com curiosidade com o objetivo de incentivar a imaginação dos seus discentes e obter atenção.

Os discentes dessa escola não cogitavam em levar o livro para a escola, depois das diversas trocas de professor, pois viam o material como peso na mochila. Contudo, com a chegada da última professora, eles começaram a ver o material como

fonte crucial para a pesquisa. Mas, sua firmeza fazia os estudantes a chamarem de “professora chata”.

A segunda escola a ser exposta a análise, será a José Maria Moreira Campos, com o livro adotado Historiar, que passou uma semana sem professor de história no início do ano letivo. Por esse motivo, a professora, recém chegada, deparou-se com seu primeiro desafio, uma turma com conteúdo atrasado por uma semana. Sua primeira atitude foi declarar aos alunos a importância de preservar o livro para as turmas dos anos seguintes, citando, como argumento, os impostos pagos pelos pais de cada um ali. Em seguida, ela enfatizou, de forma superficial, sua obrigação como professora de acordo com as leis educativas, destacando o “olhar historiador” como tentativa de estimular a curiosidade da turma.

Em sua primeira aula, ela apresentou o livro a partir do sumário, para ensinar sobre organização, assim, sempre enfatizava a importância do livro didático de História para a realização do ensino-aprendizagem. Para penalizar os alunos que não mostravam organização e zelo pelo livro, ela dava grandes cópias na lousa.

Diariamente a professora chegava em sala já exigindo os livros e cadernos nas carteiras, o livro para iniciar o conteúdo e o caderno para verificar a realização das atividades. Sua metodologia era baseada em leitura e diálogos coletivos, atividades de classe e para casa atividades lúdicas, como mapa mental, entrevistas, leitura de revezamento ou atividades do próprio livro que deveriam ser escritas no caderno, como tática de treinar a escrita.

Com o passar do tempo, como já relatado anteriormente, a entrega dos livros didáticos foram chegando à escola. Entretanto, mesmo com as exigências da professora, foi observado que os alunos continuavam a esquecer seu material em casa, isso ocorrendo até o fim do período da pesquisa de campo.

Essa percepção de desinteresse dos estudantes em usar o livro didático era tão persistente, que em atividades a professora necessitava, identificar a página que

obtinha a resposta de certas atividades. Contudo, o livro mostrou-se eficaz ao auxiliar discentes que não obtinham internet a fazerem uma pesquisa sobre a espécie “*homo*”.

A professora constantemente englobava em suas explicações políticas governamentais, como meio ambiente, uso de máscara, respeito à cultura e entre outros assuntos, demonstrando posicionamento político. Portanto, ao ser questionada sobre sua percepção do livro adotado pela escola e seus recursos, sua resposta foi: “Não gosto dele, acho que ele contém ideias bastante elaboradas para essa turma, como por exemplo, dá sugestão de fazer seminários e não tenho como fazer pelas dificuldades deles com leitura e escrita”.

Antes da chegada dessa professora à escola, a turma se encontrava em estado de conforto. As consequências disso era uma turma que não levava o material à escola e que tinha dificuldade em focar na explicação do conteúdo. Contudo, tal ação também foi sendo moldada com o passar do tempo. Os discentes começaram a se interessar em participar das leituras, pois entenderam que só poderiam dialogar em sala, se tivessem conhecimento sobre o assunto.

A única dificuldade dos estudantes com livro didático era a utilização independente em sala. Assim, constantemente chegavam à escola sem as atividades de casa realizadas, fazendo que a professora os mandasse fazer em sala. Essa turma via o livro como fonte de estudo somente para classe.

A terceira escola, João Hildo de Carvalho Furtado, adotou o livro História, sociedade e cidadania. Nessa escola um fato era peculiar: os discentes não tinham o direito de levar os livros para casa, e isso se prolongou até o último dia da pesquisa de campo. Com isso, foi questionado à gestão da escola os motivos para tal ocorrência, e a resposta obtida foi: “Não temos a quantidade necessária de livros para distribuir para todas as turmas e turnos”. Consequentemente, esse foi o primeiro desafio encontrado pela professora, para escolher seu método de ensino.

A metodologia da professora abrangia, portanto, revisão oral e coletiva da aula anterior, cópias na lousa do novo conteúdo, explicações dialogais com auxílio de

comparações do cotidiano dos estudantes e o livro para uso visual e leitura individual; com o objetivo de gerar debates. As cópias na lousa eram dadas para os discentes terem material de estudo em casa, e não tinha vínculo com o livro adotado, pois a professora já o trazia feito em seu celular para somente transcrever em sala. Foi observado, mediante essa situação, que essa metodologia não era aceita pelos estudantes, pois eles queriam o direito ao seu material individual.

Quando questionada a professora sobre a sua percepção sobre o livro adotado pela escola, falou: “Acho o conteúdo limitado, só gosto das gravuras. Mas, o livro que eu gosto e sempre utilizo é o História.doc. Acho um conteúdo dele completo e com ideias ótimas”. Com isso, foi percebido que nessa sala de aula o livro encontrava-se em segundo plano, pois era limitado por não ser possível usá-lo. A única possibilidade de uso era em sala de aula, quando eram retirados das prateleiras e distribuídos, com o objetivo de serem utilizados para atividades de classe, pesquisas e guia durante o momento de revisão oral.

Transferindo a visão agora para os estudantes, eles manifestavam frustrações e incomodo, abertamente, perante a gestão e os professores, pois não podiam levar o livro para casa. Sendo assim, todas as vezes que eles iriam pegar o livro didático na prateleira, demonstravam plena alegria e proatividade, pois a ausência do material os fazia valorizar o conhecimento que nele havia.

A turma mostrava pleno interesse em interpretar as múltiplas imagens, apresentadas no livro da FTD, e interagem com impulsividade das leituras e diálogos que o livro proporcionava. Em suma, eles viam o livro com material que não daria pra estudar sem.

A escola Padre Antônio Monteiro da Cruz, para finalizar, que adotou o livro História.doc, também não continha professor por um período de 15 dias. Durante esse tempo, as aulas de história eram dadas por atividades e resumos de capítulos do próprio livro, e fiscalizadas pela coordenação. Com a chegada do professor, sua primeira ação foi explicar o conteúdo de forma expositiva e passar uma atividade

copiada na lousa, tudo sem auxílio do livro. Por essa atitude, foi questionado ao professor sobre o que achava do livro didático adotado pela escola e a resposta obtida foi:

“Não gosto, acho superficial! Além disso, acabei de chegar aqui, estou com o conteúdo atrasado e nem tenho meu manual, acho isso muito desorganizado, pois antes daqui eu trabalhava em uma escola de tempo integral, e constantemente tínhamos reuniões pedagógicas para discutimos sobre o livro e o aprendizado dos nossos alunos. Por isso, sempre opto por estudar o livro deles em casa, como meu guia, entendendo que é o guia deles também, para conhecer os limites do meu público. Mas, faço minhas próprias atividades, pois, mesmo esse livro tendo explicações superficial, suas atividades são complexas. Se eu tivesse que escolher por um livro, eu não teria selecionado esse”.

Foi questionado também, se para ele o livro se apresentava somente como guia, então sua resposta foi: “Guia é o meu conhecimento sobre História, o livro é algo que me prende e me limita a um conteúdo que devo dar aos meus alunos. Mas, eu o respeito e o utilizo, pois é o único material de pesquisa que eles têm nas mãos”. O principal olhar do professor sobre o livro, em suma, é que ele proporciona aos discentes uma fonte de pesquisa fácil. Ao ser questionado sobre o que o livro didático era para ele, a resposta adquirida foi: “Um material para pesquisa, tanto para mim como para o aluno”. Contudo, mesmo com essa visão, ele ressaltava a importância de cuidar do livro, apropriando-se dele em leituras coletivas.

Outro ponto que demonstra a insatisfação do professor, era o fato dos alunos não copiarem suas atividades. Mas, mesmo assim, repetia essa metodologia até que toda a sala realizasse, por completo, suas cópias. Aos discentes que tinham as atividades em dia, eram bonificados com curtas atividades individuais no livro, essa era uma das poucas vezes que o livro era usado.

Sua metodologia apropriava-se da leitura do livro de forma expositiva, explicações ligeiras, revisões sobre a aula passada, cópias de atividades, ilustrações

e textos na lousa. O Primeiro tempo de aula se dava por cópias, enquanto a segundo abrangia atividades. Ademais, durante a feitura das atividades, o professor era obrigado a anunciar as páginas em que se encontrava às respostas, pois caso ele não fizesse isso, a turma resistiria em realizar as atividades, prejudicando a forma de avaliação do professor.

Os estudantes dessa escola, por sua vez, tinham o hábito de fugir de sala e até mesmo da escola. Logo, mostravam pleno desinteresse pelos estados e viam a escola com um pesadelo, odiando tudo que era vinculado à educação. A gestão trata isso de forma rígida e mantiveram autoridade, transparecendo a educação tradicional, para evitar tal situação. Como isso, uma discente relatou: “Essa escola parece uma prisão, na hora do intervalo eles ficam nos corredores de braços cruzados e nos encarando”. Por consequência, eles olhavam o livro como um material qualquer.

Os dados fornecidos por essa pesquisa enfatizam a importância dos livros de história, em suas dimensões de produção, amparando a consciência dos principais usuários desse material, professor e estudante, no que se trata de informações inclusivas, concretas, completas e de fácil compreensão. Assim, mesmo perante a fala de Italar Oliveira (2014), que o professor não necessita de muito esforço para fazer os alunos estudarem história confortavelmente, há complicações externas e internas que dificultam o trabalho do docente como profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a vivência realizada nas quatro escolas no município de Fortaleza, com o objetivo de visar o uso do livro didático de história nas aulas síncronas e assíncronas, em seus limites e possibilidades, pode-se considerar que o livro didático de história se encontra em estado de uso mediano. Eles apresentam essa

classificação pois as escolas públicas selecionadas não utilizam a tecnologia presente neles.

O livro didático apresenta qualificação para o aprendizado, sendo de fato didático ao conter sites, QR code, indicações de músicas e filmes. Porém é considerável falar que tais aspectos não são utilizados pela falta de material como projetor, caixa de som e computadores presentes nas escolas, assim os professores e estudantes só conseguiam abranger seu conteúdo baseados em textos e ilustrações.

Tal fato não atrapalha o livro de ser um bom material de ensino, mas o limita a depender de outros objetos para manifestar seu potencial de ensino por completo. É certo dizer que o intuito dessa afirmação não é proclamar que o conhecimento do livro é limitado, mas sim que ele possui dimensões inimagináveis que são passadas como despercebidas pelos estudantes, pelo fato de dependerem de outros materiais que a escola não consegue conter por meio do Estado. Concluindo que professores, em sua grande maioria, precisam utilizar materiais de uso particular, descrevendo assim suas dificuldades como docentes, para ampliar o uso do livro.

Em todas as escolas foram expressadas, por parte dos professores, a importância que o livro apresentava no cotidiano deles e dos seus estudantes, mas que estavam insatisfeitos com o material que continham em mãos. Isso mostrou que não existe um livro ideal para o ensino-aprendizado, mas que tudo dependerá do método que o professor utilizará em sala de aula. Ou seja, eles visavam que o livro didático é um benefício público que garante o aprendizado, mas que não se sentem regidos por ele da forma adequada.

Outro ponto importante analisado foi o proclamado “material complementar”, como cópias, que possibilitava a saída dos professores das fronteiras do livro. Mas, em contrapartida, essa metodologia, utilizada excessivamente por alguns professores, fatigava os alunos e os desgastavam a ponto que não querem aprender história, demonstrando que o livro auxilia na curiosidade.

Outra observação notória foi a existência da dificuldade de estudantes autistas na utilização do livro, tendo em vista que em todas as salas havia um. Uma vez que a gestão pedagógica anuncia a família que aquela criança precisa de reforço, mas os pais insistem em não aceitarem a indicação, afirmando que a escola que deve desenvolver a criança com qualquer outro indivíduo, sem visar a dificuldade de auxílio da professora perante uma sala de 45 estudantes. Logo, o livro didático apresenta-se para esses estudantes como um material ilustrativo e nada mais.

Já quando se diz respeito ao passado, no período pandêmico, considera-se afirmar que o livro estava presente com a função de auxiliar o discente. Mas, a ausência de um profissional que o manuseie o impossibilita de mostrar todo o seu potencial como material didático. Logo, cabe-se afirmar, mais uma vez, que isso não dita que todos os estudantes não usavam seu livro durante as aulas remotas ocorridos na pandemia, mas que a tela de um computador não ajuda o professor a auxiliar o discente no manuseio do livro. Tendo que ser considerando também que seu senso da etapa cognitiva não trazia aptidão para o uso independente do livro.

Outrossim observado, é em relação a Prefeitura de Fortaleza. Ela não negligenciou a nenhum momento o auxílio à educação de diversas formas, como por exemplo a entrega de *tablet's* e *chips* com acesso a internet para que os discentes tivessem além do livro, como fonte de estudo, durante o cenário epidêmico. Assim, o dever do Estado, em proporcionar educação à sociedade, continuou a ser exercido mesmo perante as dificuldades da pandemia.

Quando se trata de sua produção, é correto afirmar que cumprem e citam diversas vezes a BNCC como documento base que os guia. Já nas questões avaliativas e dos textos de apoio, são de fato demonstrada rigidez e incluem diversas culturas, porém com a permanência do olhar eurocêntrico.

Levando em consideração as atividades, mesmo contendo muitas questões individuais ou bastante elaboradas, cabe ao professor desenvolver a turma para suas realizações, principalmente de forma independente, expressando autoridade e

sabedoria em sala. Nota-se também, que a forma que a gestão constrói sua pedagogia escolar reflete influência na forma que o professor vê o livro e, consecutivamente, na forma que os estudantes o vêem. Logo, é de suma importância que o PPP da escola esteja de forma alinhada aos documentos base da Educação, para que assim a presença do livro didático faça diferença no meio escolar.

Não basta o Estado disponibilizar um livro de forma democrática, para chegar na escola a gestão tratá-lo como instrumento qualquer. Então, conclui-se que o livro é a principal possibilidade de entendimento concreta da História. Entretanto, em partes necessita de materiais e políticas que incentivam ele a ser usado de forma extensa, pois sem eles o livro acaba limitando-se a somente textos e imagens.

Cabe salientar também que ainda existem problemáticas a serem resolvidas como a falta de livros suficientes nas escolas anualmente, devido a entrada e saída de discentes e docentes; devido a pouca quantidade de concurso que o Estado proporciona. A grande massa de professores substitutos em escolas públicas atrapalha no processo de escolha do livro pelo PNLD.

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Produção didática de História: trajetórias de pesquisas**, Revista de História, São Paulo, n. 164, p. 487-516, jan./jun. 2011.

BOULOS, Alfredo. **História, sociedade e educação**. 6º ano do fundamental, FTD, 4º edição, São Paulo, 2018, P 1-65.

BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL, Ministério da Educação. **PNLD 2019: Língua Portuguesa – guia de livros didáticos**. Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica, 2018b.236.P.

CAMPOS, Flávio de. **História, escola e democracia**, 6º ano do fundamental, Editora Moderna, 1º edição, São Paulo, 2018, p 1-55.

CHOPPIN, Alain. **História dos livros e das edições didáticas**: sobre o estado da arte. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.3, p. 549-566, set./dez. 2004.

COTRIM, Gilberto. **Historiar**, 6º ano do fundamental, Editora Saraiva, 3ª edição, São Paulo, 2018, p 1-74.

OLIVEIRA, Itamar Freita; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias. **Cultura histórica e livro didático ideal**: algumas contribuições de categorias rüsenianas para um ensino de História à brasileira, v. 21, n. 2, Passo Fundo, p. 223-234, jul./dez. 2014 | Disponível em www.upf.br/seer/index.php/rep

ROCHA, Helenice; CAIMI, Flávia Eloisa. **A(s) história(s) contada(s) no livro didático hoje**: entre o nacional e o mundial, Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 34, no 68, p. 125-147 - 2014.

SILVA, Isaide Bandeira. **O livro didático de história: escolha, uso e percepções de professores e alunos no cotidiano escolar**. Educação e Filosofia Uberlândia, v. 26, n. 52, p. 565-597, jul./dez. 2012. ISSN 0102-6801.

VAINFAS, Ronaldo. **História.doc**, 6º ano do fundamental, Editora Saraiva, 2ª edição, 2018, p1-73.